

III SIMPÓSIO INTERNACIONAL DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Universidade Portucalense (Porto)
18 e 19 de junho de 2026

DOS DIREITOS HUMANOS ÀS PRÁTICAS DE INCLUSÃO Estudo Exploratório na Escola Municipal Engenheiro Carlos Batalha, Salvador, Bahia – Brasil

MOVING FROM HUMAN RIGHTS TO INCLUSIVE PRACTICES

An Exploratory Study at Engenheiro Carlos Batalha Municipal School, Salvador, Bahia – Brazil

Olívia de CARVALHO¹
Ana Cleria MASCARENHAS²
João PASCOINHO³

RESUMO

O direito à educação constitui um dos alicerces fundamentais dos Direitos Humanos, demandando das instituições educativas não apenas a garantia do acesso à escola, mas também a promoção de condições concretas de aprendizagem, participação e permanência de todos os estudantes. Neste trabalho procuramos analisar as práticas de inclusão desenvolvidas numa escola pública municipal de Salvador, Bahia, Brasil, buscando compreender de que modo estas concorrem para a efetivação dos Direitos Humanos e para a construção de ambientes educativos mais participativos, democráticos e equitativos. Tendo como objetivos conhecer ações voltadas para a Inclusão; identificar estratégias que promovam a participação e o sucesso educativo dos alunos e analisar os desafios enfrentados na implementação de uma educação inclusiva no quotidiano escolar. Fundamentado nos referenciais dos Direitos Humanos, da Inclusão e da Gestão Democrática, o estudo parte do pressuposto que a escola deve

¹ Professora, Licenciada em Psicologia Clínica, Mestre em Psicologia do Desenvolvimento e Educação, (FPCE-UP), com Certificado Europeu de Psicologia – Europsy, Doutora em Psicologia (2017) e Pós-Doutorada em Direitos Humanos, (Universidade de Salamanca, 2023); Investigadora Integrada no IJP - UPT, colaboradora no CIDI - IEES e CEPESE. ORCID 0000-0002-6968-5277. oliviadecarvalho@upt.pt

² Pedagoga. Especialista em Gestão Escolar; Pós-graduação Latu-senso em Educação Contemporânea: UNIFACS; Professora da Rede Municipal de Salvador; Coordenadora da Rede Estadual da Bahia. ORCID:0009-0003-1879-2800. anasilva6@educacaosalvador.net

³Professor Adjunto, Investigador Integrado no CIDI-IEES, ORCID 0000-0003-0620-4250
joao.pascoinho@iees.pt

INSTITUIÇÕES ORGANIZADORAS



INSTITUIÇÕES COOPERANTES

AGENCIAMENTO



III SIMPÓSIO INTERNACIONAL DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Universidade Portucalense (Porto)
18 e 19 de junho de 2026

garantir, não apenas o acesso, mas também a continuidade e a participação de todos os alunos, reconhecendo a diversidade como elemento constitutivo do processo educativo, combatendo os processos de exclusão que limitam o pleno acesso de determinados grupos aos direitos educacionais. Neste sentido, dialoga com os marcos legais e normativos nacionais e internacionais, como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/1996), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, com destaque para o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS 4), que preconiza uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade para todos. Trata-se de um estudo exploratório, em que se aplica, como instrumentos de recolha de dados, o Questionário “Indicadores para Inclusão”, de Mel Ainscow e Tony Booth (2002) e “O que já fez a sua escola para criar um ambiente inclusivo - Lista de Verificação de Autoavaliação”, de Embracing Diversity: Toolkit for Creating Inclusive, Learning-Friendly Environments (UNESCO, 2015), traduzidos e adaptados por Pereira et al. (2018). Aplicou-se, também, um Questionário Sociodemográfico para caracterização dos participantes e com esses dados, estabelecer correlações com variáveis em análise nos outros instrumentos. Resultados preliminares indicam que a construção de contextos educativos inclusivos depende da articulação entre políticas públicas, Gestão Escolar, práticas pedagógicas e ações institucionais comprometidas com a garantia do direito à educação. Destacam-se contributos importantes para a participação da comunidade escolar, para ampliação das oportunidades de aprendizagem e para o fortalecimento de uma cultura de respeito à diversidade. Evidenciam-se, contudo, desafios relacionados com a formação docente, as condições estruturais da escola e a efetivação das políticas públicas no quotidiano escolar. Conclui-se que a efetivação dos Direitos Humanos e a construção de uma escola inclusiva exige a conjugação de uma gestão democrática, práticas pedagógicas e políticas de inclusão, num processo contínuo e coletivo. O estudo contribui para o aprofundamento da discussão sobre Educação Inclusiva enquanto instrumento de promoção dos Direitos Humanos e do papel do gestor no combate aos processos de exclusão nas instituições educativas.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Educação inclusiva; Cidadania; Diversidade; Equidade;

ABSTRACT

The right to education is one of the fundamental pillars of human rights, requiring educational institutions not only to guarantee access to school but also to promote

INSTITUIÇÕES ORGANIZADORAS



INSTITUIÇÕES COOPERANTES



AGENCIAMENTO



III SIMPÓSIO INTERNACIONAL DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Universidade Portucalense (Porto)
18 e 19 de junho de 2026

concrete conditions for learning, participation, and retention for all students. In this study, we seek to analyze the inclusion practices developed at a municipal public school in Salvador, Bahia, Brazil, aiming to understand how these practices contribute to the realization of human rights and the creation of more participatory, democratic, and equitable educational environments. Our objectives are to examine actions aimed at inclusion; identify strategies that promote student participation and educational success; and analyze the challenges faced in implementing inclusive education in the daily school environment. Grounded in the principles of Human Rights, Inclusion, and Democratic Management, the study is based on the premise that the school must ensure not only access but also continuity and participation for all students, recognizing diversity as an integral part of the educational process, and combating the processes of exclusion that limit certain groups' full access to educational rights. In this sense, it aligns with national and international legal and regulatory frameworks, such as the 1988 Federal Constitution, the Law on Guidelines and Bases for National Education (Law No. 9,394/1996), the National Policy on Special Education from the Perspective of Inclusive Education (2008), and the 2030 Agenda for Sustainable Development, with particular emphasis on Sustainable Development Goal 4 (SDG 4), which advocates for inclusive, equitable, and quality education for all. This is an exploratory study in which uses, as data collection tools, the "Indicators for Inclusion" questionnaire by Mel Ainscow and Tony Booth (2002) and "What has your school already done to create an inclusive environment - Self-Assessment Checklist," from Embracing Diversity: Toolkit for Creating Inclusive, Learning-Friendly Environments (UNESCO, 2015), translated and adapted by Pereira et al. (2018). A Sociodemographic Questionnaire was also administered to characterize the participants and, using this data, establish correlations with variables under analysis in the other instruments. Preliminary results indicate that the creation of inclusive educational contexts depends on the coordination between public policies, school management, pedagogical practices, and institutional actions committed to guaranteeing the right to education. Important contributions stand out regarding the participation of the school community, the expansion of learning opportunities, and the strengthening of a culture of respect for diversity. However, challenges related to teacher training, the school's structural conditions, and the implementation of public policies in daily school life are evident. It is concluded that the realization of human rights and the construction of an inclusive school require the combination of democratic management, pedagogical practices, and inclusion policies in a continuous and collective process. The study contributes to a deeper discussion of inclusive education as a tool for promoting human rights and the role of school administrators in combating exclusionary practices in educational institutions.

Keywords: Human Rights; Inclusive Education; Citizenship; Diversity; Equity;

INSTITUIÇÕES ORGANIZADORAS



INSTITUIÇÕES COOPERANTES



AGÊNCIAS DE FINANCIAMENTO

